

**O ALUNO SURDO E A SALA DE AULA:
aceitação ou inclusão?**

**THE DEAF STUDENT AND THE CLASSROOM:
acceptance or inclusion?**

Claudia Consolação de Cássia Guimarães¹

RESUMO

A inclusão de alunos surdos nas escolas brasileiras é um fator que desperta a atenção de muitas pessoas, principalmente daquelas preocupadas com a potencialidade dos saberes quando esses são realmente incentivados por meio de estímulos adequados na fase infantil. Existem diversas formas de inclusão, mas, mesmo assim, não podemos negar que a maioria dos alunos surdos sofreu e ainda sofre com um sistema educacional irresponsável, que se preocupa muito mais com resultados numéricos, em patamares de pesquisa, do que com a formação plena de seus envolvidos. Importante frisar que a inclusão que se discute aqui vai muito além da aceitação desse aluno surdo em sala e esbarra em uma série de condições e adaptações que, na grande maioria dos casos, não são propiciadas pelas escolas. O espaço físico não comporta todos como a lei exige e, se voltarmos nossa atenção ao quadro de docentes, encontraremos pessoas despreparadas para o trabalho com esses alunos. Uma educação bilíngue visa criar possibilidades ao aluno para a construção de sua imagem positivamente, permitindo a ele a utilização da Libras como língua natural, a identificação de seus pares e o aprendizado da Língua Portuguesa para integrar-se também na cultura ouvinte. Assim, a pessoa surda precisa de uma metodologia de ensino própria que enfatize o visual, em ambiente adequado, pois ela tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento dos ouvintes, mas, para que isso possa ser real, ela precisa que suas necessidades sejam mais bem atendidas.

Palavras-chave: Surdo. Inclusão. Libras. Educação.

ABSTRACT

The inclusion of deaf students in Brazilian schools is a factor that attracts the attention of many people, especially relatives who are concerned about the potential of knowledge when these are really encouraged by means of adequate stimuli in childhood. There are several forms of inclusion, but even so, we cannot deny that the majority of deaf students suffered and still suffer from an irresponsible educational system that is much more concerned with numerical results, with research levels than with the full training of those involved. It is important to emphasize that the inclusion discussed here goes far beyond the acceptance of this deaf student in the classroom and comes up against a series of conditions and preferences that, in the vast majority of cases, are not provided by schools. The physical space does not accommodate everyone as the law requires, and if we turn our attention to the teaching staff, we will find people unprepared to work with these students. A bilingual education aims to create possibilities for students to build their image positively, allowing them to use Libras as a natural language, identify their peers and learn Portuguese to also integrate into the listening culture. Thus, deaf people need their own teaching methodology that emphasizes the visual, in an appropriate environment, as they have the same possibilities for development as listeners, but for this to be real, they need their needs to be better met.

¹ Graduanda em Pedagogia PUC Minas. E-mail: cguimar@gmail.com

Keywords: Deaf. Inclusion. Libras. Education.

Introdução

É verdade que existem diversas formas de inclusão, mas, mesmo assim, não podemos negar que a maioria dos alunos surdos sofreu e ainda sofre com um sistema educacional irresponsável, que se preocupa muito mais em resultados numéricos, em patamares de pesquisa, do que na formação plena de seus envolvidos. Somente entendendo suas reais dificuldades, suas necessidades e o que pode ser feito é que mudaremos o presente e, assim, não repetiremos os erros do passado para, quem sabe, darmos a todos as mesmas oportunidades educacionais já garantidas por lei. Que esse aluno possa ser percebido pela comunidade escolar, assim como a própria comunidade possa com ele aprender, ao se fazer presente e se sentir parte integrante de um todo.

Inclusão além da aceitação

A inclusão de alunos surdos nas escolas brasileiras é um fator que desperta a atenção de muitas pessoas, principalmente daquelas preocupadas com a potencialidade dos saberes quando esses são realmente incentivados por meio de estímulos adequados na fase infantil. Algumas pesquisas já comprovam que pessoas surdas que passaram por todo o período de escolarização apresentam competências aquém do esperado se comparado com os alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes. O que foi negado a esses sujeitos? O sistema de ensino favorece o desenvolvimento pleno das pessoas, mesmo as que possuem uma necessidade especial como os surdos? Infelizmente, aqui, sabemos quais são as respostas.

Atualmente, mesmo que muito timidamente ainda, tem sido difundida a criação de ações que envolvam modelos educacionais de inclusão, visando a integração de pessoas com necessidades especiais à sociedade. Diferente do passado, o que conseguimos observar, após anos de luta em busca de reconhecimento e liberdade de expressão, é que não é o sujeito que precisa se moldar às exigências sociais e sim, a sociedade é que precisa acolher e aprender com suas necessidades especiais a se tornar uma sociedade realmente inclusiva. É verdade que existem diversas formas de inclusão, mas, mesmo assim, não podemos negar que a maioria dos alunos surdos sofreu e ainda sofre com um sistema educacional irresponsável, que se preocupa muito mais com resultados numéricos, em patamares de pesquisa, do que com a formação plena de seus envolvidos.

Sendo assim, é preciso ver, ouvir, sentir, estar e se fazer presente nesse universo, mas, do ponto de vista de quem realmente precisa ser visto, sentido e ouvido: o surdo. Somente entendendo suas reais dificuldades, suas necessidades e o que pode ser feito é que mudaremos o presente e, assim, não repetiremos os erros do passado para quem sabe, darmos a todos, as mesmas oportunidades educacionais já garantidas por lei. Não basta que esse aluno esteja em sala de aula, que ele seja aceito. É preciso criar formas e estratégias capazes de favorecer experiências e aprendizados significativos a esse aluno, que ele possa ser percebido pela comunidade escolar, assim como a própria comunidade possa com ele aprender, ao se fazer presente e se sentir parte integrante de um todo. Não basta aceitar, é preciso incluir.

A aquisição/elaboração do conhecimento se dá pela linguagem e pela interação comunicativa, através do uso de mediadores sociais. Vygotsky (2001, 2003) apresenta a linguagem como um dos mediadores da relação sujeito e objeto. Adquirida na vida social, é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferenciando-se dos demais animais. Assim, a linguagem na fase infantil, se não bem trabalhada, pode trazer danos profundos na formação emocional, social e cognitiva das crianças. Quando a criança em questão é surda, essa situação parece ainda mais preocupante, já que algumas enfrentam dificuldades comunicativas desde a tenra idade com o grupo social em que estão inseridas.

É notório observar que a maioria das crianças surdas nascem em famílias de ouvintes, sendo que, nessas famílias, poucas ou quase nenhuma utiliza Libras como forma de comunicação. De tal modo, quando a maioria das crianças surdas chegam à escola encontram um ambiente novo, diferente do que elas estão acostumadas, com muitas possibilidades, muitas cores e movimentos, mas que não lhes é possível pertencer, já que o básico, a comunicação, lhe é negada. Dessa forma, a inclusão aparece como uma realidade urgente na comunidade escolar.

Importante frisar que a inclusão que se discute aqui vai muito além da aceitação desse aluno surdo em sala e esbarra em uma série de condições e adaptações que, na grande maioria dos casos, não são propiciadas pelas escolas. A LDB, em seus Parágrafos 1º, 2º e 3º, deixa clara a garantia ao aluno com deficiência de atendimento específico, que respeite e favoreça suas particularidades e serviços especializados:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21)

Além dessas garantias aos alunos, a lei envolve e compromete a escola desde sua estrutura física, quadro de professores capacitados até o seu currículo. É possível perceber a preocupação no acolhimento desses alunos e a tentativa de atender todas as suas necessidades, mas, na realidade, o que encontramos são escolas sem condições estruturais e mesmo organizacionais para recebê-los. O espaço físico não comporta todos como a lei especifica e, se voltarmos nossa atenção ao quadro de docentes, encontraremos pessoas despreparadas para o trabalho com esses alunos, mesmo que a lei garanta isso a eles.

Muitas barreiras são enfrentadas na implementação de uma proposta inclusiva, já que a criança com necessidades especiais é diferente, e o atendimento às suas características particulares implica formação, cuidados individualizados e revisões curriculares que não ocorrem apenas pelo empenho do professor, mas que dependem de um trabalho de discussão e formação que envolve custos. A lei existe e, sabendo de todo processo anterior a ela, devemos considerá-la como uma vitória, mas só isso não basta. É preciso que ela se faça cumprir.

O Surdo tem a sua própria experiência visual, por mais distante que os professores estejam por serem de experiência oral-auditiva é importante prover de sentimentos, aceitação e gradualmente ir incorporando no seu saber viver Surdo, que assim haverá progresso no objetivo proposto... O trabalho pedagógico requer muita flexibilidade e criatividade dialógica sinalizada, sempre reafirmando a importância da compreensão da cultura Surda existente. (VILHALVA, 2002, p. 3).

Nesse sentido, quando o assunto inclusão de surdos é abordado, deve-se considerar não apenas um intérprete em sala, mas todo o contexto que circula o sujeito surdo, como sua cultura, suas memórias, sua história. Não basta que o aluno seja acompanhado por alguém para a intermediação junto ao professor em sala. Ele precisa se sentir parte integrante de um ambiente na totalidade, em suas relações junto à comunidade escolar e social. Para essa ação, a figura de um intérprete é importante, mas não é tudo. Um modelo inclusivo que possa ser eficiente deve se pautar, a princípio, na solidariedade e no respeito mútuo às diferenças individuais, sendo o ponto central a necessidade de a sociedade aprender a conviver com as diferenças.

Em entrevista concedida aos alunos da disciplina Práticas Pedagógicas na Educação Bilíngue para Surdos do Curso de Pedagogia na PUC Minas, uma intérprete de Libras afirmou, na ocasião, que o aluno surdo passa por complexos momentos em sua trajetória escolar até que lhe seja permitido, através do exaustivo processo do Enem, entrar na universidade. Ela recorda que há algum tempo esse aluno, que na sua maioria vinha de escolas como o “Santa Inês” (Instituto Santa Inês) e “Mauricio Murgel” (Escola Estadual Maurício Murgel), utilizava Libras como forma de comunicação. Hoje ela percebe uma realidade muito diferente com os alunos surdos: além de não ter mais o apoio dessas escolas nos anos iniciais, eles não se reconhecem

como surdos, se isolam do mundo real que vivem e apresentam grandes barreiras se comparado aos demais alunos. Ela trabalha como intérprete de Libras em um Instituto Federal profissionalizante e percebe alunos do Ensino Médio, surdos, com enormes dificuldades para completar seus estudos e, principalmente, em participar do exame do Enem. O Instituto em que ela trabalha tem como norma manter um intérprete em todas as unidades, mesmo que sem alunos surdos, muito distante da realidade na grande maioria das instituições.

Em sua fala, ela dá ênfase à necessidade dos Cursos de Pedagogia se preocuparem com a formação de professores para atuarem, desde os anos iniciais, com essas crianças, que os futuros docentes saibam olhar para elas, principalmente ouvir, compreender as suas necessidades e, além disso, ouvir as famílias. Na sua opinião, é através delas, que têm no professor a figura de um elo com a criança e o conhecimento, que poderemos chegar a formas mais humanizadas de auxiliar esses alunos. Ela encerra sua participação deixando muito claro que não existe um modelo único, o que existe é a necessidade de se dialogar com diversas áreas, inclusive com as famílias, na busca de uma melhor educação, sendo o ideal para essas crianças uma educação bilíngue, na qual ela terá a oportunidade de aprender as duas línguas (Libras e o português).

[...] é um axioma afirmar que a língua materna — língua natural — constitui a forma ideal para ensinar uma criança [...] obrigar um grupo a utilizar uma língua diferente da sua, mais do que assegurar a unidade nacional, contribui para que esse grupo, vítima de uma proibição, segregue-se cada vez mais da vida nacional [...] (UNESCO *apud* QUADROS, 1997, p. 27).

O bilinguismo visa respeitar os direitos da pessoa surda, pois, ao dar a ela a oportunidade de adquirir Libras como primeira língua, oferece uma maneira natural de aquisição linguística, permitindo, assim, que a criança surda descubra o que é uma comunicação linguística, enquanto as demais crianças fazem a mesma descoberta. Nesse contexto, a inclusão pode ser entendida como um processo dinâmico e gradual, já que se pressupõe uma integração/inclusão que possibilite a construção de processos linguísticos adequados no seu aprendizado escolar e social a partir das interações construídas.

A ideia de uma educação bilíngue visa criar possibilidades ao aluno para a construção de sua imagem positivamente, permitindo a ele a utilização da Libras como língua natural, a identificação de seus pares e o aprendizado da Língua Portuguesa para integrar-se também na cultura ouvinte. Assim, o aluno surdo precisa de uma metodologia de ensino própria, que enfatize o visual, em ambiente adequado, pois ela tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento dos ouvintes, mas, para que isso possa ser real, ela precisa que suas necessidades sejam atendidas.

A língua de sinais torna-se imprescindível nesse processo, já que servirá de mediadora para a Língua Portuguesa. Nesse sentido, incluir o aluno surdo dentro de uma escola é não se preocupar em apenas alfabetizar, mas sim, oferecer condições para que ele possa ir mais além, é dar oportunidades, por exemplo, de se tornar leitor e escritor, não apenas codificador e decodificador dos símbolos gráficos. É criar um olhar em relação à surdez, que se afasta de uma visão clínica e reabilitadora. Enfim, é necessário compreender que a língua de sinais apresenta uma modalidade diferente da língua oral, tornando-se uma mediadora para o aprendizado da Língua Portuguesa e, independentemente de estar inserido em escola especial ou escola comum, não se pode esquecer que o aluno surdo tem direito a uma metodologia que atenda às suas necessidades.

Considerações finais

A inclusão de um aluno surdo no ambiente escolar não é algo que envolva apenas a questão da surdez, mas está diretamente relacionada ao sujeito e a toda a comunidade ao seu redor. No que envolve a sociedade, a inclusão precisa criar diálogos na busca de melhores formas de compreender tais sujeitos, sua cultura, sua língua, entre outros fatores que o envolvem. É buscar formas adequadas para uma melhor convivência, na ampliação da realidade cultural do outro, respeitando cada especificidade sem a exigência de sua anulação para a adaptação a um grupo maior. É capacitar o corpo docente para poder se apropriar de técnicas e métodos que envolvam a todos, cuidar da criação de um currículo que atenda às suas especificidades e acompanhar esse aluno e sua família, atuando inclusive com uma equipe multidisciplinar como: psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo.

Dessa forma, a inclusão deve valorizar todos os minuciosos aspectos que envolvem o aluno, para que, realmente, possa ser proveitosa para ele e os demais, além de favorecer gradativamente os seus conhecimentos de linguagem, cognitivos, sociais e afetivos. No campo escolar, a inclusão precisa criar um ambiente onde a diferença possa ser ponto de partida para novas descobertas e conhecimentos. Não se trata aqui de aceitar e inserir a criança surda em atividades desenvolvidas para os ouvintes e, sim, pensar nelas desde o planejamento das atividades, oportunizando, assim, conteúdos que integram e que sejam realmente significativos para elas.

Assim, somente quando ouvirmos e entendermos as necessidades do aluno surdo é que poderemos realmente traçar estratégias de inclusão que possam ser eficazes no contexto escolar e social, oportunizando situações que favoreçam experiências positivas a esse aluno e aos demais. É pensar em inclusão muito além de dados estatísticos, é compreender esse aluno em

sua totalidade, sua permanência, seu aprendizado, sua integração com o grupo e, claro, como um ser que pertence e participa do mundo em que vive.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VILHALVA, S. (org.). **A pedagogia surda**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e pedagogia).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.